

TEMPO, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO. UM PASSEIO TEÓRICO EM TORNO DE PAUL RICOEUR

TIME, MEMORY AND HISTORY OF COMMUNICATION. A THEORY RIDE AROUND PAUL RICOEUR

TIEMPO, MEMORIA E HISTORIA DE LA COMUNICACIÓN. UM PASEO TEÓRICO POR PAUL RICOEUR

Ana Regina Barros Rego Leal

■ Jornalista. Professora Associada do PPGCOM-UFPI. Presidenta SOCICOM. Publicou recentemente: Os desafios da pesquisa em história da Comunicação (2019).

■ E-mail: anareginarego@gmail.com

Marialva Carlos Barbosa

■ Jornalista. Professora Titular da ECO-UFRJ. Publicou recentemente: Os manuscritos do Brasil (2019). E-mail: marialva153@gmail.com

Jornalista. Professora Titular da ECO-UFRJ. Publicou recentemente: Os manuscritos do Brasil (2019).

■ E-mail: marialva153@gmail.com



RESUMO

Este ensaio apresenta reflexões teóricas-filosóficas sobre as fenomenologias do tempo e da memória, ambas propostas por Paul Ricoeur (2010, 2012), com o intuito de contribuir para repensar a historiografia da comunicação, a partir do desvelar da historicidade dos fenômenos comunicacionais tendo como fio condutor a compreensão da potencialidade do tempo e da memória na construção das narrativas históricas sobre a comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: TEMPO; MEMÓRIA; HISTÓRIA; COMUNICAÇÃO.

ABSTRACT

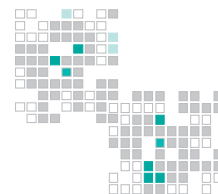
This essay presents theoretical and philosophical reflections on the phenomenologies of time and memory, both proposed by Paul Ricoeur (2010, 2012), in order to help rethink the historiography of communication, from the unveiling of the historicity of communicational phenomena, having as guiding thread the understanding of the potentiality of time and memory in the construction of historical narratives about communication.

KEYWORDS: TIME; MEMORY; HISTORY; COMMUNICATION.

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones teórico-filosóficas sobre las fenomenologías del tiempo y de la memoria, ambas propuestas por Paul Ricoeur (2010, 2012), con el fin de contribuir a repensar la historia de la comunicación, a partir de la revelación de la historicidad de los fenómenos comunicacionales, teniendo como cable guía, el entendimiento de la potencialidad del tiempo y la memoria en la construcción de narrativas históricas sobre la comunicación.

PALABRAS CLAVE: TIEMPO; MEMORIA; HISTORIA; COMUNICACIÓN.



1. Introdução

A historiografia da mídia tem privilegiado em grande medida a trajetória de personagens e de instituições, destacando, por vezes, os contextos descritos, pressupondo, portanto, que ao narrar fatos e acontecimentos de um outro tempo estaria construindo a verdade histórica do passado¹.

A ausência de investigações que congreguem tanto o caráter histórico, como a procura pela historicidade dos fenômenos, tem prejudicado a compreensão dos modos de atuação vigentes da mídia em sua configuração holística.

Nesse texto propomos pensar não somente as relações possíveis entre os campos da filosofia, da história e da comunicação, mas repensar as formas de construção de uma historiografia da comunicação tendo como ponto de partida as proposições de Paul Ricoeur, filósofo do sentido (Barbosa, 2006), que teve a história como campo privilegiado de observação e estudo.

O campo comunicacional, enquanto lugar de reflexividade de fala do político e de fabricação de um olhar sobre o histórico, vem também sofrendo um processo de crise que se reverbera nas narrativas historiográficas acerca de si e dos campos com os quais se relaciona. Narrativas do passado da comunicação se colocam de forma objetiva e muitas vezes atendem a uma intencionalidade funcional, esquecendo que entre os tempos vividos e os que estão por viver, há mais que linearidade e cronologia. Essa linearidade narrativa da história do campo da comunicação nem sempre permite compreender os espaços de experiência (Kosselleck, 2014) sobre os quais se constrói um relato, tanto no que concerne às próprias transformações inerentes ao campo comunicacional, quanto aos espaços e contextos vivenciados e narrados.

Apresentamos nas próximas páginas enxertos da obra Ricoeur que podem efetivamente inte-

ressar na construção de uma historiografia da comunicação. Inicialmente, o foco recai sobre a fenomenologia do tempo em seus primeiros momentos em que Agostinho e Aristóteles são confrontados. Num segundo momento emergirão os gestos de memória que influem nesse processo, e, por fim, detalhamos os usos e apropriações que os pesquisadores em historiografia da comunicação podem fazer do pensamento ricoeuriano.

2. O Tempo no tempo

O tempo foi objeto da filosofia e de várias ciências ao longo dos séculos. E também foi um dos temas de Paul Ricoeur em seu clássico *Tempo e Narrativa*. Na quarta parte do livro localizada no terceiro volume, o foco de sua reflexão recai sobre o tempo narrado. Nesse último movimento que faz Ricoeur (2010, v.3, p. 3), procurando explicitar a sua hipótese de que toda configuração narrativa carrega em si uma refiguração da experiência temporal, duas temáticas são exploradas. Primeiramente, a *aporética da temporalidade* surge em três confrontos em que a fenomenologia do tempo é analisada: entre Agostinho e Aristóteles; posteriormente, entre Kant e Husserl; e por fim, a fenomenologia de Heidegger com foco no tempo vulgar. A segunda temática trata da *poética da narrativa*. Nesse ambiente, o tempo histórico surge, a partir de uma digressão entre a *intentio* e a *distentio* em confronto com a cosmologia, assim como o relacionamento entre a ficção e as variações imaginativas do tempo, o passado histórico, o mundo texto e o mundo do leitor, as intersecções entre história e ficção, até chegar à proposição de uma hermenêutica da consciência histórica.

Ricoeur trabalha no limite entre uma aporética temporal agostiniana e uma poética da narrativa aristoteliana, desde o primeiro volume, em que as aporias da experiência do tempo a partir de Agostinho, são apresentadas, assim como a composição da intriga na narrativa, que tem lugar na poética de Aristóteles. É, portanto, no desenrolar

1 Um balanço da produção historiográfica brasileira sobre mídia pode ser encontrado em Barbosa, 2019.

de suas ponderações sobre os possíveis encontros entre a aporética temporal e a poética narrativa que surge o círculo hermenêutico, proposto em três momentos miméticos: prefiguração, configuração e refiguração.

Neste texto, duas proposições de entradas na refiguração do tempo narrado nos interessam potencialmente: em primeiro lugar, a aporética do tempo agostiniano confrontada com as proposições cosmológicas aristotelianas, como também, a fenomenologia da memória que nos fornece vieses para compreensão da temporalidade das narrativas.

2.1 A fenomenologia do Tempo por Ricoeur

A tradição cosmológica à qual se filia Aristóteles trata o tempo como algo onipresente, que tanto nos envolve como nos ultrapassa, “[...] sem que a alma tenha a potência para produzi-lo” (*idem*). Essa tradição prioriza o movimento sobre o tempo e não considera o envolvimento da alma na relação/compreensão entre o ser e o tempo, ou o tempo enquanto ser. É nesse ponto que Agostinho fornece uma primeira solução, visto que, para ele, o tempo não possui natureza física² que move e faz mover os astros, mas está ligado a uma *distensão* da alma que leva a percepções temporais distintas.

Ricoeur (2010, v. 3, p. 15), de certa forma, contesta a proposição agostiniana, visto que para ele a dialética entre a *intentio* e a *distentio animi*, não favorece a onipresença da experiência temporal, podendo, inclusive, levar, de certo modo, a um silenciamento. Por outro lado, também compreende que a lacuna deixada por Aristóteles, ao não considerar a interação entre o espírito e o tempo, se resolve em certa medida com Agostinho.

² “Ouvi dizer de um homem instruído que o tempo não é mais que o movimento do sol, da lua e dos astros. Não concordei. Por que não seria antes o movimento de todos os corpos? Se os astros parassem e continuasse a mover-se a roda do oleiro, deixaria de haver tempo para medirmos as suas voltas?” (Agostinho, 2014, p. 304).

Nesse sentido, procura, a partir da análise das aporias temporais, um viés que possa ser explorado em sua hipótese de que toda narrativa necessita da experiência temporal, assim como de que tempo só se torna humano através da narrativa. Tempo vivido e tempo universal fornecem, cada um a seu modo, possibilidades de entrada para o círculo hermenêutico em que ação e interpretação da narrativa se consolidam na refiguração da experiência temporal. E é esse o ponto principal para Ricoeur, sobretudo quando considera os processos de construção das narrativas históricas e ficcionais, às quais acrescentamos as narrativas da comunicação.

No terceiro volume de *Tempo e narrativa*, o *Tempo narrado*, Ricoeur mantém Agostinho como seu principal guia no processo analítico no que concerne às dúvidas sobre o tempo, embora pontue que reconhece o valor dos pensadores que o sucederam e que também compõem o escopo analítico da aporética temporal. Para nosso presente exercício reflexivo, entretanto, só trabalharemos com a primeira parte da aporética, que tem como foco Agostinho e Aristóteles.

De certo modo, Ricoeur (2010, v. 3, p. 15-18) considera que Agostinho fracassa quando analisa a extensão e possibilidades de medida do tempo somente pelo viés da alma, portanto, de uma *distensão* do espírito. Para Agostinho, tanto os processos de divisão do tempo quanto as diversas possibilidades de sua medição não são propriedades inerentes ao tempo. A própria *distensão* da alma se mostra como uma possibilidade de medida do tempo e se configura como uma refutação à cosmologia aristoteliana. Todavia, para Ricoeur, a concepção agostiniana, embora legítima e credora por ter sanado uma lacuna na teoria do tempo, começou a ser desenhada por Agostinho de forma equivocada, pois os argumentos que utiliza para procurar na *distentio animi* a extensão do tempo não possuem um base sólida, visto que sua hipótese de que os astros poderiam



ter movimentos espaciais e temporais variados de acordo com a percepção temporal interior é impensável, ainda que hoje saibamos que os movimentos celestiais são variáveis e não lineares.

Para Ricoeur (2010, v. 1, p. 34), a aporia temporal de Agostinho, entre o tempo da alma e as coisas exteriores, em que a *intentio* e a *distentio animi* são chamadas, somente se aproxima da solução quando surgem em seus argumentos a memória e a expectativa, enquanto elementos catalizadores da experiência no tempo. “A aporia se resolve se falamos, não das sílabas que já não são ou ainda não são, mas de seus vestígios na memória e de seus sinais na expectativa”.

De modo sintético, para Agostinho, “a expectativa encolhe quando as coisas esperadas se aproximam e a lembrança se alonga quando as coisas lembradas se afastam” (Ricoeur, 2010, v.3, p. 18). A solução agostiniana, no entanto, pondera Ricoeur, não é completa, visto que não se consegue perceber qual o acesso direto que podemos ter para as impressões temporais da alma, nem tampouco como essas impressões podem fornecer meios de medição para o movimento dos astros.

É por isso que Ricoeur procura dar visibilidade aos problemas detectados nas aporias agostinianas, como também considera que Agostinho manteve de algum modo, ainda que pouco, alguma referência à cosmologia, visto que considera o movimento como motor para medição dos intervalos temporais, ponderando que o movimento e tempo são articulados em relação ao espaço. Essa visão diverge de Aristóteles para quem o tempo é algo do movimento. Agostinho, na concepção de Ricoeur, não consegue desenvolver o argumento tempo-movimento. Nesse sentido é que Ricoeur (*idem*, p. 18) declara ser necessário acolher e abordar o problema do tempo pelo viés da cosmologia aristoteliana.

No livro IV da *Física*, Aristóteles lança o argumento sobre a natureza do tempo em três etapas. O primeiro argumento, aqui já reportado, fala que

o tempo é algo relativo ao movimento, mas não se confunde com este. Já o segundo argumento afirma que tempo não existe sem o movimento, pois para Aristóteles percebemos o movimento e o tempo juntos. Esse argumento, para Ricoeur, termina por combater a visão agostiniana de fundar a medida do tempo na *distensão* do espírito.

A conclusão de Aristóteles é, portanto, que o tempo não é movimento, mas também não acontece sem o movimento. É aqui que Ricoeur se vê diante de uma nova dificuldade, qual seja: inserir a *distensão* do espírito agostiniano numa concepção temporal que define o tempo como algo do movimento. Esse argumento segue envolvendo três entidades pontuadas por Aristóteles: a grandeza, o movimento e o tempo, cuja relação implica que o antes e o depois sejam vivenciados no tempo, pelo viés do movimento que, por sua vez, só se concretiza por meio da grandeza. A conclusão desse argumento, segundo Ricoeur (2010, v. 3, p. 21), é definitiva, visto que o antes e o depois no tempo vêm de uma “analogia, de uma relação de ordem que é no mundo antes de ser na alma”.

Na terceira parte da definição do tempo por Aristóteles surge a relação numérica. O número passa a representar o antes e o depois, ou entre o antes e o depois. Para Aristóteles (*apud* Ricoeur, *idem*, p. 22) é o que é “[...] determinado pelo instante que nos parece como a essência do tempo”. De modo sucinto, para Aristóteles, a definição de tempo está relacionada com a possibilidade de enumerar aquilo que procede do movimento. Desse modo, existir no tempo é *ser* um número entre o antes e o depois (*idem*, p. 26).

Esse confronto entre as concepções de tempo díspares localizadas em Aristóteles e Agostinho faz com que Ricoeur perceba que Agostinho não chegou a refutar completamente os argumentos aristotelianos e que sua visão subjetiva não chegou a substituir a cosmologia do filósofo grego. Para Ricoeur (2010, v. 3, p. 28), Aristóteles resiste a Agostinho tanto pela força de seus argumentos como

pelas aporias que surgem nesses argumentos.

Ricoeur (*idem*) pondera ainda que se “[...] a extensão do tempo físico não se deixa derivar da *distensão* da alma, a recíproca se impõe como o mesmo caráter impositivo”. Assim é que um abismo se coloca a partir das concepções de instante em Aristóteles e de presente em Agostinho, visto que o instante aristoteliano se manifesta enquanto possibilidade do que é enumerável, podendo inclusive ser presente. Já o presente agostiniano é o “agora” da enunciação, de uma operação de sentido, e possui três dimensões: o presente do passado como memória, o presente do presente como visão e o presente do futuro como esperança/expectativa.

Mas, em Aristóteles, o instante também se manifesta como uma aporia temporal, pois, graças ao instante, o tempo é contínuo e também dividido ou, como diz Ricoeur (2010, v. 3, p. 32), o instante tem uma dupla função: ao mesmo tempo distingue e une o *continuum* temporal. Isso revela, por outro lado, que a relação entre grandeza, movimento e tempo pode se dissociar, visto que a potência da grandeza e o próprio movimento podem parar; já o tempo não para.

Ricoeur propõe analisar as concepções de Aristóteles e Agostinho como complementares, visto que não é possível chegar ao problema do tempo e solucioná-lo em sua relação com a configuração narrativa somente por meio de uma das visões, seja ela cosmológica ou da alma. Portanto, os dois extremos são considerados como entradas para refiguração da experiência temporal no processo de interpretação da narrativa. Reiterando, portanto, o que já foi situado anteriormente, Ricoeur (2010, v. 3, p. 35-36) afirma que não é possível a *distensão* da alma, sozinha, produzir uma extensão temporal, como também não é possível que o movimento isolado possa produzir uma dialética do triplo presente. A “poética da narrativa necessita tanto da cumplicidade como do contraste entre a consciência interna do tempo e

a sucessão objetiva para tonar mais urgente a investigação das mediações narrativas”. A interpretação das narrativas situadas em qualquer campo do conhecimento passa pela refiguração da experiência temporal que interfere diretamente no par interpretação/compreensão. O tempo narrado carrega em si tanto a temporalidade externa quanto a interna, configuradas pelo narrador e refiguradas em novas perspectivas pelo leitor/expectador em terceira *mímesis*, como atores que se alternam no círculo hermenêutico.

A refiguração da experiência temporal continua a ser analisada por Ricoeur e nesse caminho ele trabalha as entradas do tempo pelos gestos de memória, sobre os quais nos debruçamos a seguir.

3. Memória e refiguração do tempo

Na primeira das *Advertências* que Ricoeur (2012, p. 17) faz em *A memória, a história, o esquecimento*, percebe-se o tom imperativo da justificativa que cerca a construção e a escrita do livro, pautadas em três pontos de preocupação: o primeiro de ordem pessoal, visto que o autor visa sanar o que considera como lacuna na problemática da trilogia *Tempo e Narrativa*, como também de *O si mesmo como outro*, em que a experiência temporal e a operação narrativa “[...] se enfrentam ao preço de impasse sobre a memória [...]”. O segundo seria de ordem profissional e o terceiro seria uma preocupação pública voltada para uma política de uma justa memória. Na primeira parte do livro, Ricoeur trabalha o percurso de construção de uma fenomenologia da memória, tendo como inspiração a abordagem husserliana e como ponto de partida duas inquietações: “De que há lembrança?” e “De quem é a memória?”. Na sequência, desenvolve seus argumentos a partir de um passeio pelos pensamentos de outros filósofos e, inicialmente, trabalha a dualidade *Memória e imaginação*, momento em que propõe um primeiro esboço de uma fenomenologia da memória a partir de uma aproximação cogniti-



va. Posteriormente, se debruça sobre *A memória exercitada: usos e abusos*, em que se dedica a uma pragmática dos fenômenos da memória e, por fim, entrelaça, polemiza e, de certa forma, encontra o caminho para uma dialética a seu modo, entre *memória pessoal e memória coletiva*, em que se concentra na lembrança tendo como foco o sujeito que tem a capacidade do lembrar. Aqui a figura central é o *Quem*.

Nesse sentido e dada a extensão da obra e as inúmeras abordagens e enfrentamentos que faz o autor em torno da temática da memória, assim como das relações mnemônicas com a história e o esquecimento, é que no presente tópico e com vistas a atender ao nosso objetivo neste texto - deixar clara a percepção de Ricoeur sobre os gestos de memória que interferem na compreensão das narrativas de comunicação na refiguração do tempo -, nos dedicaremos especificamente ao primeiro capítulo da primeira parte do livro *A memória, a história, o esquecimento*. Consideramos que é, principalmente, nesse momento que o autor se dedica a sanar a lacuna que confessa ter deixado em *Tempo e Narrativa* e em *O Si mesmo como outro*.

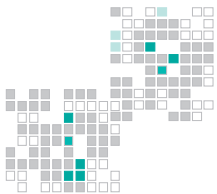
Entre a memória e a imaginação surgem circuitos interagentes que têm provocado debates no campo filosófico há séculos, visto que, em determinadas visões, memória equivale à imaginação e Ricoeur trabalha no sentido de desconstruir essa identificação que desqualifica a memória enquanto lugar de uma certa verdade.

Aristóteles, companheiro de Ricoeur em muitas obras, é convocado, através de seu tratado *De memoria et reminiscencia*, para sustentar os argumentos do filósofo na exploração da memória como experiência temporal. Aristóteles destaca a capacidade humana da percepção do movimento e da marcação entre um *antes* e um *depois*. Em Aristóteles, portanto, Ricoeur se apoia para trabalhar a memória como passado a partir da percepção de tempo vivido, separando-a da imaginação.

A principal contribuição da obra de Aristóteles para uma fenomenologia da memória é, segundo Ricoeur, a distinção entre *mnémé* e *anamnésis*. Ao “traçar, então, uma linha entre a simples presença da lembrança e o ato de recordação, Aristóteles preservou para sempre um espaço de discussão digno da aporia fundamental trazida à luz pelo *Teeteto*, a da presença do ausente” (Ricoeur, 2012, p. 38). Entretanto, a contribuição de Aristóteles, ao tempo em que “aguçou a ponta do enigma”, ao inserir a questão temporal como distinção para o ato de lembrar no campo da imaginação, por outro lado, manteve a aporia originalmente platônica³, em um impasse que termina por guiar a investigação de Ricoeur, pois trata-se de saber se “[...] entre imagem-lembrança e a impressão original, a relação é de semelhança, até mesmo de cópia” (*idem*). De todo modo, ao colocar a lembrança sob a égide de uma anterioridade, não se tem a certeza da veracidade da memória, nem de sua fidelidade ao ausente que representa, visto que a separação temporal termina por distinguir o ausente-presente pela memória, do presente anterior em um presente do passado.

Ao traçar um esboço fenomenológico da memória, Ricoeur procura abordar os fenômenos mnemônicos a partir do que denomina de capacidades ou poderes básicos que levam ao sucesso do fenômeno. Para tanto, se dedica a detalhar os fenômenos que, na esfera do comum, dentro da cotidianidade, são atribuídos à memória. Nesse primeiro momento, portanto, o filósofo francês procura se dedicar às potências da memória e não às deficiências que cercam o fenômeno, tanto do ponto de vista patológico como social. A fenomenologia da memória emerge então de forma fragmentada. Entre memória e lembrança, surge a primeira necessidade de distinção no âmbito da linguagem: “memória como visada e a lembrança como coisa visada” (*ibidem*, p. 41). Memória no

³ *Eikon*, problemática apresentada por Platão em *O Sofista* como representação da aporia do ausente-presente.



singular como potência, lembranças no plural.

Para melhor fundamentar sua fenomenologia da memória, Ricoeur elegeu alguns conceitos opostos para dissecar. O primeiro: memória-hábito como presente, memória-lembrança como passado representado. Ricoeur prefere considerar o par de oposições hábito/memória como uma oportunidade para conquista de uma distância temporal. “A operação descritiva consiste então em classificar as experiências relativas à profundidade temporal, desde aquelas em que, de algum modo, o passado adere ao presente, até aquelas em que o passado é reconhecido em sua preteridade passada” (Ricoeur, 2012, p. 43).

Evocação/busca surge como a segunda dupla de conceitos opostos a ser analisada. Evocação como lembrança chamada em um momento atual. “É a esta que Aristóteles destinava o termo *mnémé*, designando por *anamnésis* o que chamaremos mais adiante de busca ou recordação” (*idem*, p. 45). Para esta dupla de opostos, Ricoeur analisa as problemáticas localizadas entre Platão e Aristóteles, e recorre mais uma vez a Bérghson, com sua diferenciação entre recordação laboriosa e recordação instantânea, entre um esforço intelectual e um esforço criativo, que ao final contribuem para o caráter veritativo da memória ou para o esquecimento. E aí Agostinho ressurgiu para contribuir com a fenomenologia da memória. Sua célebre aporia sobre memória e esquecimento termina por potencializar os paradoxos apontados por Ricoeur para os fenômenos da memória.

E mesmo quando falo no esquecimento e conheço o que pronuncio, como poderia reconhecê-lo, se dele não me lembrasse [...]. Ora, quando me lembro do esquecimento, estão ao mesmo tempo presentes o esquecimento e a memória: a memória que faz com que me recorde, e o esquecimento que lembro (Agostinho, 2014, p. 247-248).

Para Ricoeur, o esforço de recordação se concentra na melhor forma de construir memória do que foi esquecido ou intencionalmente relegado ao esquecimento. Daí nasce o dever de memória, como um *devoir* mnemônico.

A última das polaridades tratadas por Ricoeur se concentra entre a *reflexividade* e a *mundanidade*. A reflexividade surge como rastro da memória em que as experiências são detectadas pelos aparatos do ver. Lembramo-nos de nós e dos outros, do que vemos, vivemos e experienciamos. Reflexividade se liga a mundanidade. Contudo, como afirma Taylor (*apud* Ricoeur, 2012, p. 54), a sobrecarga interpretativa do idealismo subjetivista não permite que a reflexividade se ligue de forma dialética com a mundanidade.

Por fim, a fenomenologia da memória se dedica a tentar compreender o porquê da projeção imagética da memória. Dentre as inquietações vigentes, Ricoeur dedica-se, por exemplo, a tentar perceber as diferenças e convergências entre lembrança e imagem, e imagem-lembrança. Husserl surge novamente com o intuito de propor uma compreensão entre apresentação e presentificação, a primeira como consciência da existência presente de uma dada coisa, a segunda como representação de algo que se encontra em nível de consciência, mas que não está presente.

Ricoeur aborda ainda os três modos mnemônicos de Casey, situados entre uma memória cativa e uma busca pela memória que se localizaria entre os polos de reflexividade e de mundanidade. O *reminding* como lembrar ou pensar em algo. *Reminiscing* como o reviver do passado coletivamente, através de memórias e saberes compartilhados e, por último, *recognizing*, compatível com o reconhecimento como complemento da recordação (Ricoeur, 2012, p. 55-56).

Em todo o percurso do esboço de uma fenomenologia da memória, Ricoeur procura tratar as diferenças entre memória e imaginação, pontuando que possuem funcionalidades e objeti-



vos distintos. A memória se constrói no presente, mas se revela no futuro sobre um dado presente já passado. Em seu escopo, a experiência temporal transcorrida, assim como o seu atrelamento ao caráter de verdade, são essenciais para o reconhecimento social. Por outro lado, a imaginação pode se situar no campo da ficção, todavia é possível identificar convergências, sobretudo quando a lembrança incorporada à memória se personifica como imagem, trazendo para a memória uma dependência da imagem ou de sua representação.

Para Ricoeur e no que concerne ao caráter veritativo dos fenômenos da memória, é importante considerar as ciladas que a imaginação arma para a memória, “[...] pode-se afirmar que uma busca específica de verdade está implicada na visão da ‘coisa’ passada, do que anteriormente visto, ouvido, experimentado, aprendido. Essa busca de verdade específica a memória como grandeza cognitiva” (Ricoeur, 2012, p. 70). O mais importante, no esforço de rememoração de uma experiência temporal, é o reconhecimento que conflui para que considere e se aceite uma dada verdade do passado como tal. Ricoeur denomina essa busca pela verdade através da memória de verdade-fidelidade.

No mesmo livro e nos próximos capítulos sobre memória, Ricoeur se dedica, como dito, primeiro ao caráter pragmático da memória, e depois ao plano político-ético desta, momentos em que desconstrói a positividade do fenômeno mnemônico que procurou priorizar em um primeiro momento.

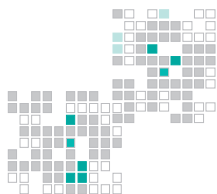
Identificada pelo próprio autor como uma lacuna deixada por ele quando da construção de *Tempo e narrativa*, a fenomenologia da memória nos fornece uma visualidade maior quando da compreensão da refiguração da experiência temporal nas narrativas, sobretudo quando consideramos a entrada para o círculo hermenêutico de interpretação das narrativas, pelo viés do tempo agostiniano.

4. Tempo e memória na comunicação

Como então, a questão do tempo e da memória podem ser pensadas na sua relação com a comunicação, de tal forma que podemos falar de uma memória midiática que envelopa nossos gestos e ações cotidianas?

Quando nos referimos à existência de memória midiática não significa considerar tão somente a ação narrativa que os meios de comunicação produzem trazendo o passado para o presente. Quando falamos de uma memória midiática estamos considerando também a maneira como na contemporaneidade experimentamos o presente, num movimento paradoxal: ao mesmo tempo que a construção de pontes com o passado torna-se fundamental para dar sentido à existência, temos, por outro lado, a exacerbação de um tempo ultra-veloz no qual é perceptível uma espécie de eterno presente. Há que se considerar, ainda, a sedução pelo passado, no momento em que esse presente ultraveloz não deixa pausa para reflexão ou para a prospecção de futuros possíveis. Além disso, podemos dizer que a própria memória contemporânea pode ser qualificada como memória midiática, já que vivemos não apenas a mídia, mas na mídia.

A distinção entre memória e história torna-se fundamental para a conceituação da dimensão memorável no campo das mídias. Memória não se confunde com história, já que a memória diz respeito ao nível declaratório do testemunho, enquanto a história relaciona-se ao nível documental, atestando a verdade presumida presente na epistemologia histórica como discurso verdadeiro sobre o passado. O documento caracteriza-se por sua indicialidade, enquanto o testemunho baseia-se na confiança outorgada a quem estava lá. A segunda diferença entre memória e história opõe reminiscência e construção histórica e suas explicações por critérios como regularidades, causalidades e razões. A operação historiográfica busca uma explicação para os acontecimentos



passados, enquanto a memória produz o ingresso no passado a partir de uma reminiscência construída como brecha para esse passado a partir do presente. A terceira distinção relaciona reconhecimento e representação do passado, sendo a memória a possibilidade de o reconhecer, enquanto a história, a partir de documentos, vestígios desse passado, tem a intenção de acessá-lo. Na operação historiográfica está em jogo a representação do passado, enquanto na operação memorável figura o enigma do reconhecimento do passado.

As narrativas testemunhais importantes historicamente para o jornalismo, por exemplo, introduziam, no passado, a constatação fundamental para as narrativas jornalísticas do “eu estava lá”, fosse esse “eu” o próprio jornalista ou as testemunhas a que ele recorria para atestar o fato, tão somente por estarem na cena dos acontecimentos. Quanto mais testemunhas tivessem os jornalistas, mas fidedigna tornava-se a sua narrativa. Era preciso igualmente confrontar o que era dito por várias testemunhas para colocar em cena o contraditório (na presunção de que ouvir os vários lados envolvidos na trama produziria um texto com pretensão à isenção). A partir do nível declaratório do testemunho se produzia uma versão do acontecimento com pretensão de ser uma espécie de arquivo para a história.

A crise por que passa o jornalismo na atualidade, resultado da dúvida sobre a sua possibilidade de produzir um discurso verdadeiro, aliada à valorização das crenças em detrimento dos fatos, traz incertezas para o campo midiático que deixa de ser lugar de produção das verdades do mundo. O testemunho perde o valor de positividade e não se precisa mais estar na cena do acontecimento para relatá-lo. Aliás, para a produção do relato em muitos casos, infelizmente, sequer se tem a necessidade do fato. A produção documental midiática e seu desejo de expressar a verdade no presente (fazendo muitas vezes usos do passado) vem sendo colocada em cheque pelas atuais epistemolo-

gias narrativas dos eventos e enredos construídos como fantasmagorias do mundo. Observa-se a eclosão do falso com valor de verdade e a exacerbação da crença que toma o lugar dos fatos.

Há que se referir também ao papel do esquecimento, como um duplo da memória, ocupando historicamente lugar central nos meios de comunicação. Instaure-se seguidamente, se observamos o movimento histórico da mídia, uma verdadeira política do esquecimento no seu jogo discursivo dialético. O falseamento da realidade, a proliferação da mentira como verdade, que vemos assumir lugar central na cena discursiva midiática na atualidade, seria, portanto, parte dessa longa política do esquecimento, que na contemporaneidade permite mesmo a anulação do fato em favor da crença. Não seria o fato de as narrativas midiáticas serem geridas por um presente absoluto que renega o passado, esquecendo-se da tradicionalidade, que faz eclodir narrativas repletas de construções imaginativas?

Tomando como parâmetro narrativas do campo comunicacional veiculadas exaustivamente nas redes sociais nos atuais tempos de intolerância, vale pensar que o aniquilamento da política de verdade e do pacto social que girava em torno da proximidade com o real, e, portanto, com os fatos, terminou cedendo espaço para outras formas de proximidade e de reconstrução das experiências temporais de grande parte da população brasileira. A partir de acionamentos de “verdade” tradicionais, enquanto “*seres-afetados-pelo-passado*”, recebemos narrativas que nos chegam pela correia da *tradicionalidade* intimamente vinculada a um passado naturalizado, acionado pelas *tradições*, tendo a linguagem e a cognição simples como guia, trazendo a *tradição* e o peso de uma versão do passado como verdade. Aqui nos referimos a uma hermenêutica da consciência histórica proposta por Ricoeur (2010). Essa releitura do tempo nas narrativas veiculadas se fez presente, por exemplo, pela memória positi-



va da ditadura civil-militar, por mais incoerente que isso possa parecer. Falseia-se a história, ou melhor, desconsidera-se fatos históricos e constrói-se uma nova narrativa em que documentos, depoimentos e evidências não são considerados. Emerge uma potência imagética da memória manipulada, que atua na desconstrução das narrativas e em novas construções discursivas que terminam por dissociar memória e história da verdade. Por outro lado, observamos a memória-hábito, como presente que se relaciona com o passado, acionada para, por exemplo, estender do passado ao presente construções de uma ideologia anticomunista, ou para construir discursos de ideologias não existentes, como a de gênero.

A refiguração da experiência temporal proble-

matizada pelas diversas aporias do tempo aqui tratadas e potencializadas pela hermenêutica da consciência histórica (Ricoeur, 2010) terminam por se revelar com maior vigor e possibilidade de interpretação e compreensão quando consideramos os jogos de memória que, como diz Ricoeur, se manifestam de forma temporal nas experiências presentes ou nas experiências evocadas em determinados presentes.

Nossas conclusões, após esse passeio transgressor pelo pensamento de Ricoeur, nos remetem às possibilidades que tal pensamento abre para a compreensão das narrativas no campo da comunicação em perspectiva histórica, obviamente sem deixar de considerar as demais narrativas circulantes na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARBOSA, Marialva. *O filósofo do sentido e a comunicação*. In: *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, jan./jun. 2006.

BARBOSA, Marialva. História da comunicação no Brasil: um balanço historiográfico. In: RÊGO, Ana Regina et al. *Os desafios da pesquisa em história da comunicação*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

RÊGO, Ana Regina e LEAL, Ranielle. Os caminhos da tradição em Ricoeur. In: RÊGO, Ana Regina et al. *Os desafios da pesquisa em história da comunicação*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. v.1 e v.3. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2012.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2013.

